

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

MATEUS SUPERMERCADOS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, na Avenida Daniel de La Touche, nº 73-A Bairro Cohama, CEP. 65.074-115, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.995.515/0013-09 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Maranhão ("JUCEMA") sob o NIRE nº 21300009809, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia" e "Estatuto Social", respectivamente);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76" ou "Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário" ou "Pentágono";

ILSON MATEUS RODRIGUES, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, domiciliado à Av. Maria Andreazza, nº 11, Cond. Maison Cristally Residence, Bairro Turu, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.068-500, portador da Cédula de Identidade RG 5071293-4-SSP/MA, e inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 225.840.133-04 ("Ilson") ;

MARIA BARROS PINHEIRO, brasileira, divorciada, empresária, domiciliada à Rua Projetada 02, nº 91, Quadra "C", Rodovia MA 203, Condomínio ALPHAVILLE ARAÇAGI, Município de Paço do Lumiar (MA) CEP , portadora da Cédula de Identidade RG 000036385093-7-SSP/MA, e inscrita CPF/MF sob o nº 453.024.723-68 ("Maria"):

TOCANTINS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 01, Bairro Cohama CEP 65.074-115, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.603.379/0001-97, e com seus atos devidamente arquivados na JUCEMA sob o NIRE nº 212004002894, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Tocantins"); e

ARMAZÉM MATEUS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Rodovia BR-135/ Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, nº 5, Depósito, Bairro Maracanã, CEP 65.099-090, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.439.441/0013-23, e com seus atos devidamente arquivados na JUCEMA sob o NIRE nº 23200214745, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Armazém Mateus") e, em conjunto com Ilson, Maria e Tocantins, "Fiadores")

RESOLVEM celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real e fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 (conforme definição abaixo), da Mateus Supermercados S.A.", doravante denominada "Escritura", nos termos e condições abaixo aduzidos.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia realizada em 25 de novembro de 2014.

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, e a distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A AGE será devidamente arquivada na JUCEMA e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no Jornal "O Estado do Maranhão", conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEMA, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente assinados, deverão ser enviados pela Emissora para registro na JUCEMA em até 10 (dez) Dias Úteis de sua celebração. Uma vez devidamente registrados na JUCEMA, deverão ser enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do registro na JUCEMA, 1 (uma) via original da Escritura.

2.1.3 Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Dispensa de Registro na ANBIMA

2.1.4.1 A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA") exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, inciso I e §2º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), não sendo aplicáveis à Emissão as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita

2.1.5 Registro das Garantias

2.1.5.1 Os Contratos de Garantia, definidos no item 4.11.1 abaixo, conforme aprovados nos termos do item 1.1 acima e definidos nos itens 4.11.1 e 4.11.2 abaixo, deverão ser levados a registro, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas das sedes de suas partes ou Cartório de Registro de Imóveis, conforme aplicável, sendo que o efetivo registro dos Contratos de Garantia deverá ocorrer em até 30 (trinta) Dias Úteis contados a partir da Data de Integralização das Debêntures.

2.1.5.1.1 A Emissora deverá, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do registro dos Contratos de Garantia, definidos no item 4.11.1 abaixo, nos termos acima previstos, comprovar a efetivação do referido registro perante o Agente Fiduciário, mediante o envio, em via física, dos Contratos de Garantia devidamente registrados.

2.5.1.2 Em função da garantia fidejussória prestada pelos Fiadores nos termos do item 4.11.2 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Agente Fiduciário, da Emissora e dos Fiadores, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.5.1.2.1 Caso a Emissora não providencie os registros previstos no item 2.5.1.2 acima, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros. O eventual registro a ser realizado pelo Agente Fiduciário não descaracteriza o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da presente Escritura.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem como objeto social o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Emissão").

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 6.000 (seis mil) debêntures ("Debêntures").

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 Atuará como banco liquidante e escriturador mandatário o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário", conforme o caso).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a distribuição das Debêntures serão destinados ao investimento em 3 (três) novas lojas da Emissora dentro do curso ordinário dos negócios da Emissora.

3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (ii) negociação secundária no Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a

distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) de acordo com o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e desde que observado o cumprimento, pela Emissora, das exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.3 Consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409/04"), observado, o disposto na Instrução CVM nº 476/09.

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, observado o estabelecido na Instrução CVM nº 476/09.

3.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no "Instrumento Particular de Colocação Com Esforços Restritos de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicional, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão da Mateus Supermercados S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Colocação"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. ("Coordenador Líder")

3.9.2.1 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.2.2 O volume da Emissão e da Oferta Restrita não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.

3.9.2.3 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.

3.9.2.4 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.9.2.5 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora e não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.2.6 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário.

acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida e calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Ausência de Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade e Permutabilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real e fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, após o registro estabelecido no item 2.1.5.1 acima, conforme modelo de aditamento anexo a esta Escritura.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, observado o disposto no artigo 7-A e 8º da Instrução CVM 476.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 Todas as Debêntures serão integralizadas em uma única data, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4 Direito de Preferência

4.4.1 Não há qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.5.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.6 Remuneração

4.6.1 A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas "Taxa DI over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread ou, sobretaxa de 2,73% (dois inteiros e setenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{ij}} [1 + (\text{TDI}_k)]$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{I}{252}} - 1$$

onde:

$K = 1, 2, \dots, n;$

$DI_k =$ Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

$FatorSpread =$ sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

$Spread = 2,7300;$

$DP =$ número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.6.1.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.1.2 Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na data prevista do efetivo pagamento da Remuneração.

4.6.2 Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura, a Remuneração será paga da seguinte forma:

- (i) a partir da Data de Emissão, até o 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão ("Prazo de Carência"), ou seja, até 20 de dezembro de 2016, a Remuneração será paga em parcelas trimestrais no dia 20 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 20 de março de 2015; e
- (ii) a partir do fim do Prazo de Carência, ou seja, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive), será paga em parcelas mensais, na mesma data dos pagamentos de amortização do Valor Nominal Unitário.

4.6.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.3.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis subsequentes ao decurso do prazo de 15 (quinze) dias acima, assembleia geral de Debenturistas, observados os termos previstos na presente Escritura para a respectiva realização ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a

Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, na apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.6.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.6.5 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 4.6.3.1 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado, pela Emissora e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.7 Amortização Programada

4.7.1 A partir do final do Prazo de Carência, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo devido o primeiro pagamento no 25º (vigésimo quinto) mês após a Data de Emissão, qual seja em 20 de janeiro de 2017 e o último na Data de Vencimento, observado o disposto nesta Escritura, conforme tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOM. UNIT.
20/01/2017	1,6666%
20/02/2017	1,6666%
20/03/2017	1,6666%
20/04/2017	1,6666%
20/05/2017	1,6666%
20/06/2017	1,6666%
20/07/2017	1,6666%
20/08/2017	1,6666%
20/09/2017	1,6666%
20/10/2017	1,6666%
20/11/2017	1,6666%
20/12/2017	1,6666%
20/01/2018	1,6666%
20/02/2018	1,6666%
20/03/2018	1,6666%
20/04/2018	1,6666%
20/05/2018	1,6666%
20/06/2018	1,6666%
20/07/2018	1,6666%
20/08/2018	1,6666%
20/09/2018	1,6666%
20/10/2018	1,6666%
20/11/2018	1,6666%
20/12/2018	1,6666%
20/01/2019	1,6666%
20/02/2019	1,6666%
20/03/2019	1,6666%
20/04/2019	1,6666%
20/05/2019	1,6666%
20/06/2019	1,6666%
20/07/2019	1,6666%
20/08/2019	1,6666%
20/09/2019	1,6666%
20/10/2019	1,6666%
20/11/2019	1,6666%
20/12/2019	1,6666%
20/01/2020	1,6666%
20/02/2020	1,6666%

20/03/2020	1,6666%
20/04/2020	1,6666%
20/05/2020	1,6666%
20/06/2020	1,6666%
20/07/2020	1,6666%
20/08/2020	1,6666%
20/09/2020	1,6666%
20/10/2020	1,6666%
20/11/2020	1,6666%
20/12/2020	1,6666%
20/01/2021	1,6666%
20/02/2021	1,6666%
20/03/2021	1,6666%
20/04/2021	1,6666%
20/05/2021	1,6666%
20/06/2021	1,6666%
20/07/2021	1,6666%
20/08/2021	1,6666%
20/09/2021	1,6666%
20/10/2021	1,6666%
20/11/2021	1,6666%
20/12/2021	Saldo Devedor

4.8 Repactuação

4.8.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade ou Isenção Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção

tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Luís, no Estado do Maranhão ou na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do previsto no item 4.9.3.1, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período

relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Maranhão, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no Jornal "O Estado do Maranhão", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e à CETIP a respeito de qualquer publicação em 7 (sete) Dias Úteis contados da data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.11 Garantias

4.11.1 *Garantias Reais.* Em garantia do pontual e integral adimplemento de 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações, principais e acessórias, da Emissora sob as Debêntures, serão prestadas pela Companhia as garantias reais abaixo descritas ("Garantias Reais"):

- (i) cessão fiduciária de recebíveis de titulariedade da Emissora oriundos de vendas com cartões de crédito (VISA e/ou Mastercard) processados pelos adquirentes Cielo e/ou Redecard, em que deverá ser mantido um percentual mínimo de 10% (dez por cento) do saldo devedor ("Recebíveis Cartão") nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Outras Avenças" celebrado entre a "Emissora", o Agente Fiduciário e o banco depositário ("Contrato de Cessão Fiduciária"):
- (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios principais e acessórios, existentes e futuros da Emissora, decorrentes dos valores depositados a qualquer tempo ou mantidos na conta vinculada nº 5.737-1, mantida na agência 3399-5 do Banco do Brasil S.A., de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada"), e eventuais aplicações e investimentos realizados na referida Conta Vinculada, incluindo todos os juros, atualização monetária, demais produtos frutos e rendimentos ("Investimentos Permitidos"), bem como recursos resultantes das amortizações e resgates dos

Investimentos Permitidos (sendo a Conta Vinculada e os Investimentos Permitidos, em conjunto com os Recebíveis Cartão, "Cessão Fiduciária");

- (iii) hipoteca de 5 (cinco) imóveis em percentual mínimo de 15% (quinze por cento) do saldo devedor celebrada nos termos das "Escrituras Públicas de Constituição de Hipoteca e Outras Avenças" ("Escrituras de Hipoteca" e, em conjunto com Contrato de Cessão Fiduciária, "Contratos de Garantia") ("Hipotecas"). Os imóveis objeto das Hipotecas são de propriedade da Tocantins, inscritos sob (a) a matrícula nº 16.200, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de da Comarca de Bacabal; (b) as matrículas nº 19.581, nº 21.857 e nº 972, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caxias; (c) as matrículas nº 6.719 e nº 5.427, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapadinha; (d) a matrícula nº 27.527, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Luís; e (e) a matrícula nº 68.981, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca São Luís.

4.11.1.1. Os bens descritos na cláusula 4.11.1 são tidos como garantidores para o pagamento de 75% do valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Obrigações Garantidas").

4.11.1.2. Em caso de inadimplemento pela Emissora de quaisquer das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário deverá liquidar os bens acima descritos na cláusula 4.11.1, o quanto baste, para a total liquidação das Obrigações Garantidas, conforme estabelecido nesta Escritura e nos Contratos de Garantia.

4.11.2 *Fiança.* Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das obrigações principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, os Fiadores, nos termos do art. 1.647, III, do Código Civil, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, como coobrigados e devedores solidários, prestando fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadores, principais pagadores, coobrigados e devedores solidários com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura, até a quitação integral do Valor Garantido (conforme definido abaixo) ("Fiança" e, em conjunto com Garantias Reais, "Garantias"). Não obstante o aspecto solidário da garantia fidejussória prestada pelos Fiadores, fica convencionado que os Debenturistas apenas

exigirão o cumprimento da garantia pelos Fiadores na hipótese de mora da Emissora, observado o disposto no artigo 397 do Código Civil.

4.11.2.1 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores, principais pagadores, coobrigados e solidariamente responsáveis, por toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo o pagamento do montante de principal, juros remuneratórios, encargos ordinários e/ou de mora, penalidades, despesas, custas, honorários e demais encargos contratuais e legais previstos, indenizações de qualquer natureza e demais montantes devidos pela Emissora nos termos desta Escritura e/ou nos termos de seus eventuais aditamentos, bem como pelas despesas eventualmente incorridas pelo Agente Fiduciário para excussão das garantias ("Valor Garantido"). Ademais, os Fiadores declaram que são legalmente capazes e estão aptos a prestar a Fiança na forma estabelecida nesta Escritura.

4.11.2.2 Verificada a mora da Emissora, nos termos do artigo 397 do Código Civil, o Valor Garantido será pago pelos Fiadores em até 5 (cinco) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, informando a mora da Emissora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no Dia Útil seguinte à ciência da ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, conforme o caso, respeitados eventuais períodos de cura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.11.2.3 Os Fiadores expressamente renunciam a todo e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.11.2.4 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.2.5 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Escritura, até o limite da parcela da

dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.11.2.6 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data da integral quitação do Valor Garantido.

4.11.2.7 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

4.11.2.8 Os Fiadores, neste ato, declaram ter lido e concordam, em sua integridade, com o disposto nesta Escritura e nos Contratos de Garantia relacionados à Emissão, estando cientes dos termos e condições da Fiança prestada, das Debêntures e das Garantias Reais.

4.11.2.9 Os Fiadores poderão efetuar o pagamento do Valor Garantido, independentemente do recebimento da notificação a que se refere o item 4.11.2.7 acima, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura.

4.12 Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta Restrita a Fitch Ratings Brasil Ltda ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá *rating* às Debêntures.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora;

ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito de fixação de quórum nesta Escritura, define-se como “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, as quais serão consideradas debêntures em mercado, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a partir de 20 de dezembro de 2016, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, conforme o caso (“Resgate Antecipado” e “Período de Resgate Antecipado”).

5.2.1.1 O Resgate Antecipado será realizado pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data do último Pagamento da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além de prêmio incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (“Prêmio”) definido conforme tabela abaixo:

Prazo para resgate (contado a partir da Data de Emissão)	Prêmio (flat)
3º ano (entre 20 de dezembro de 2016 e 19 de dezembro de 2017)	2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento)
4º ano (entre 20 de dezembro de 2017 e 19 de dezembro de 2018)	1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento)
5º ano (entre 20 de dezembro de 2018 e 19 de dezembro de 2019)	1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento)
6º ano (entre 20 de dezembro de 2019 e 19 de dezembro de 2020)	0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)

2019 e 19 de dezembro de 2020)	
7º ano (entre 20 de dezembro de 2020 e 19 de dezembro de 2021)	0,30% (trinta centésimos por cento)

5.2.2 O Resgate Antecipado das Debêntures poderá ocorrer mediante (i) envio de comunicação da Emissora dirigida à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP ou (ii) publicação de comunicação à totalidade dos Debenturistas, a ser divulgada nos termos do item 4.10 desta Escritura (“Comunicação de Resgate”), em ambos os casos com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de sua efetivação (sendo a data de sua efetivação considerada, para todos os efeitos como “Data de Resgate Antecipado”). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate deverá ser enviada ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil da Data de Resgate Antecipado.

5.2.3 Da Comunicação de Resgate deverão constar: (i) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) local de realização; (iv) procedimento de resgate; e (v) menção de que o preço unitário de resgate das Debêntures será correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e (vi) prêmio de resgate a ser aplicado.

5.2.4 Em caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º, I do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que o Agente Fiduciário coordenará o sorteio.

5.2.5 O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na Cetip, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.2.6 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

5.3 Vencimento Antecipado Automático

5.3.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência, e exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) a ocorrência de: (a) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência, ou, ainda, pedido de autofalência da Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos; Armazém Mateus e/ou Tocantins ou, ainda; (b) qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos;
- (ii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei nº 6.404/76;
- (iii) proposta, pela Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins a qualquer credor ou classe de credores, de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou requerimento, pela Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins;
- (iv) redução do capital social da Emissora, exceto (a) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; ou (b) se previamente autorizado pela maioria dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (v) falta de cumprimento, pela Emissora de obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada em 2 (dois) Dias Úteis contados da data do descumprimento;
- (vi) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita nesta Escritura;
- (vii) não haver acordo entre a Emissora e os titulares de Debêntures a respeito da taxa substitutiva e a Emissora não tomar uma decisão acerca de qual taxa será utilizada para o cálculo da Remuneração Substitutiva, nos termos do item 4.6.3.1.;
- (viii) transferência, cessão ou promessa de cessão das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura sem que seja obtida a prévia e expressa anuência dos titulares de ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral convocada para deliberar sobre este assunto;
- (ix) se a presente Escritura ou as garantias reais prestada pela Companhia, (a) forem objeto de questionamento administrativo, judicial ou arbitral; (b) forem anuladas, declaradas nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir, desde que não substituída a garantia por outra aceita pelos Debenturistas livre de qualquer ônus no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a partir do recebimento da citação ou notificação para tanto;
- (x) cisão, incorporação, incorporação de ações, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou suas controladoras, Armazém Mateus ou Tocantins que resulte em mudança ou transferência de controle acionário, (a) exceto se realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, desde que mantido o controle direto; ou (b) exceto se (1) enviadas informações cadastrais dos futuros acionistas ao Agente Fiduciário, contendo: Nome/ Razão Social; CPF/CNPJ e endereço residencial/da sede e (2) obtida anuência prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xi) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins, exceto (a) mediante anuência prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em

Circulação ou (b) alterações no controle acionário entre os acionistas constantes no estatuto Social da Emissora no momento da celebração desta Escritura;

- (xii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer outra forma a seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em razão das Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xiii) sem a prévia aprovação de Debenturistas, representados por 75% das Debêntures em circulação, alienação ou cessão de ativos da Emissora, cujo valor acumulado, durante um exercício social, com base nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro do exercício social imediatamente anterior, auditados por sociedade de auditores independentes, devidamente registrada na CVM (a) em montante superior a R\$ 20.000.00,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;
- (xiv) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins consideradas individualmente cada uma das empresas, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, desde que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 1 (um) dia contado da respectiva ciência pela Emissora;
- (xv) pedido de falência formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, cancelado e/ou revogado, que seja promovido contra a Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos, Armazém Mateus ou Tocantins;
- (xvi) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins, nesta Escritura ou em qualquer outro documento relacionado à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;

- (xvii) não obtenção do relatório de rating, em até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, emitido pela Agência Classificadora de Risco;
- (xviii) não obtenção dos registros dos Contratos de Garantia nos cartórios competentes no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Data de Integralização, conforme o contido na Cláusula 2.1.5.1;
- (xix) com relação às Garantias Reais: (a) se as Garantias Reais não forem constituídas de acordo com os procedimentos e no prazo previstos nos Contratos de Garantia; ou (b) se as Garantias Reais não for(em) reforçada(s) ou substituída(s) de acordo com os procedimentos e dentro do prazo estabelecidos para tal fim nos respectivos Contratos de Garantia, a partir da data de recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito que lhe fizer o Agente Fiduciário; e
- (xx) caso a relação "Dívida Líquida/EBITDA", contemplando os números da Emissora, apurados, anualmente, a partir do exercício social com término em 31 de dezembro de 2014, com base nas demonstrações financeiras auditadas por sociedade de auditores independentes devidamente registrada na CVM e expressos nos relatórios de auditoria, seja superior a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro").

5.3.1.1 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

5.3.1.2 Para efeitos do presente: (i) "Dívida Financeira Líquida" significa o somatório das dívidas onerosas, conforme refletido em suas demonstrações financeiras, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos provisionados e não pagos, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, deduzidos de caixa e de aplicações financeiras; (ii) "EBITDA" significa resultado bruto – despesas com vendas – despesas administrativas – outras despesas operacionais + depreciação do período.

5.4 Vencimento Antecipado Não Automático

5.4.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora imediatamente o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) protestos de títulos contra a Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins consideradas individualmente cada uma das empresas, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 15 (quinze) dias contados da respectiva ciência pela Emissora por meio da notificação do protesto, cujo valor dos protestos, individual ou em conjunto, seja superior a (a) R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), no caso da Emissora; (b) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Armazém Mateus; e (c) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no caso da Tocantins, todos os valores reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado;
- (ii) ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária exceto as previstas no item (v) abaixo, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins consideradas individualmente cada uma das empresas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão;
- (iii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora de bens, ou não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins consideradas individualmente cada uma das empresas, cujo valor de arresto, sequestro ou penhora de bens, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no caso da Emissora; (b) R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), no caso da Armazém Mateus; e (c) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da

Tocantins, todos os valores reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;

- (iv) cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades da Emissora, desde que não sejam regularizados no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva ciência pela Emissora;
- (v) não cumprimento pela Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins de obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, desde que não sejam sanados no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do descumprimento;
- (vi) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, podendo a Emissora efetuar, sem necessidade de aprovação pelos Debenturistas, acréscimos em seu objeto social que não altere seu objeto social principal; e
- (vii) não cumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora, ordenando o pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV").

5.4.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

5.4.3 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.4.1 anterior, será necessária aprovação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos debenturistas ("Quórum Qualificado") para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso contrário, ou em caso de não instalação em primeira e segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o agente fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.4.4 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada a Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.

5.4.5 Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) disponibilizar ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como o relatório específico de apuração dos Índice Financeiro, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (2) declaração assinada pelo Diretor Financeiro da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

(b) dentro de 7 (sete) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada permitindo que o Agente Fiduciário, através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 7

(sete) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

- (c) dentro de 7 (sete) Dias Úteis após o efetivo registro na JUCEMA, notificação de convocação e cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões de Diretoria da Emissora;
- (d) dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas ou da data em que forem divulgados ao mercado, cópia de todas as cartas e comunicados enviados, bem como os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias, desde que devidamente registrada na JUCEMA que, de qualquer forma, envolvam interesses dos Debenturistas;
- (e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, que possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures, entendido como qualquer evento ou situação que cause (1) qualquer efeito negativo, de caráter substancial, na situação (financeira, societária, operacional ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora e/ou de suas controladas; e/ou (2) qualquer efeito negativo na capacidade da Emissora de cumprir pontualmente qualquer de suas obrigações pecuniárias ou obrigações não pecuniárias relevantes, no todo ou em parte, nos termos desta Escritura;
- (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 5.3.1 e 5.4.1 acima em até 3 (três) Dias Úteis da ciência pela Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins e/ou da ciência pela Emissora, Armazém Mateus ou Tocantins de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures;
- (g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEMA em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro;
- (h) os eventuais comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;

- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações da CVM, disponibilizando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) cumprir todas as leis e regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- (ix) notificar, em até 7 (sete) Dias Úteis contado da ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa afetar adversamente sua condição operacional;
- (x) notificar em até 7 (sete) Dias Úteis o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as

demonstrações ou informações financeiras disponibilizadas pela Emissora em seu site não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

- (xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme a regulamentação que lhe seja aplicável;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do agente fiduciário, do Banco Liquidante e Agência de Classificação de Risco;
- (xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, na seguinte página da rede mundial de computadores: www.grupomateus.com.br, dentro de até 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar, na seguinte página da rede mundial de computadores: www.grupomateus.com.br, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, conforme dados de contato do Coordenador Líder constantes do Contrato de Colocação e dados de contato do Agente Fiduciário na presente Escritura; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (xvi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP, o Agente Fiduciário e Agência de Classificação de Risco;
- (xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível e dentro de padrões de mercado, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xviii) cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, assim como, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais, distritais e federais,

que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (xix) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representados por, no mínimo, o Quorum Qualificado, especialmente convocada para esse fim; e
- (xx) relativamente à Agência de Classificação de Risco, a Emissora deverá contratar e manter contratada a Fitch Ratings do Brasil Ltda. ou, na impossibilidade desta, uma das agências de classificação de risco, dentre a Moody's America Latina Ltda. ou a Standard & Poor's (McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda.), para atualização do relatório que será apresentado por ocasião da colocação das Debêntures no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, até a integral liquidação destas, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 15 (quinze) Dias Úteis após sua divulgação, sendo que para a contratação de qualquer dessas 3 (três) agências não será necessária a aprovação dos Debenturistas; a Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída por qualquer das agências mencionadas neste inciso (xx); caso não haja disponibilidade, a escolha de outra agência deverá ser aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.2 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

6.3 As despesas a que se refere a alínea (xviii) do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

- (ii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iii) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (iv) despesas de viagem, estadias, transportes e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível e dentro de padrões de mercado, antecipadamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas após seu pagamento, desde que razoáveis; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora nomeia e constitui a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quórum de deliberação previsto no item 8.8 abaixo.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.2.6 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMA.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais que venham a ser prestadas sob as Debêntures;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora, às expensas desta;
- (x) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, de forma justificada, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima, às expensas da Emissora;

- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo relacionadas. Para tanto, a Emissora disponibilizará todos os atos societários, dados financeiros e o organograma do seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório, bem como as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate das Debêntures amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

- (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (1) denominação da companhia ofertante;
 - (2) valor da emissão;
 - (3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (4) espécie;
 - (5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (k) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais que venham a ser prestadas sob as Debêntures;
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (c) na CETIP;

- (d) na CVM; e
- (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.2, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto a Emissora, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive em relação à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, observado o disposto na cláusula 10.2.1 abaixo, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- (xx) divulgar as informações referidas no item 7.3 (xiii) "j" em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (xxi) disponibilizar diariamente o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação pertinente;
- (iii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (v) acima.

7.6 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários anuais pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por ano, sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura e as demais na mesma data dos anos seguintes.

7.7 A parcela citada na cláusula 7.6 supra será reajustada pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.8 A parcela citada no item acima, será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, nas alíquotas vigentes na data do pagamento.

7.9 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.10 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.11 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

7.12 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível e dentro de padrões de mercado, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário

na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em 1ª convocação.

8.4.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.4.2 A Assembleia Geral de Debenturistas somente poderá ser realizada, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo que a Emissora deverá ser sempre convocada para referidos conclaves, respeitadas as regras e prazos de convocação aplicáveis aos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou aquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação de titulares de no mínimo a maioria simples das Debêntures em Circulação, exceto se outro quórum específico for estabelecido na presente Escritura.

8.9 As deliberações que digam respeito aos Debenturistas ou às condições das Debêntures, como, por exemplo, (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante ou do Escriturador Mandatário; (ii) alteração dos quoruns previstos nesta Escritura; (iii) alteração de datas de pagamentos de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iv) alteração do prazo das Debêntures; (v) alteração da remuneração das Debêntures; (vi) alteração dos itens de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora; deverão ser tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nela proferido. Quaisquer deliberações tomadas pelos Debenturistas nos termos desta cláusula deverão ser aprovadas pela Emissora.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) o representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não há nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- (viii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- (ix) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xi) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- (xiii) as garantias reais a serem prestadas pela Companhia são suficientes; e
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série

única, da espécie quirografária, com garantia real para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM nº 476/09, da Armazém Mateus ("1ª Emissão da Armazém Mateus"), em que foram emitidas 1.250 (um mil e duzentos e cinquenta) debêntures, perfazendo o montante total de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), com data de vencimento em 15 de agosto de 2023. Até a presente data não foram verificados quaisquer eventos de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Armazém Mateus foram garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de cobrança bancária, alienação fiduciária de propriedades da Armazém Mateus, conforme previsto na escritura de emissão.

9.2 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (vi) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles descritos na cláusula 4.11 e por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMA e o registro das Debêntures na CETIP;
- (viii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (ix) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (x) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme a regulamentação do setor que lhe seja aplicável;
- (xi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (xii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (xiii) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Emissora não tem conhecimento de

nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento relevante do endividamento da Emissora;

- (xiv) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (xvi) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (xvii) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados nas certidões da Emissora;
- (xviii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (xix) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

10.2 Os Fiadores declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- (i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Fiadores;
- (ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete os Fiadores, contratos ou instrumentos dos quais os Fiadores sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura; e
- (iv) as obrigações assumidas na Fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e dos Fiadores, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

10.3 A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 5 (cinco) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, observado o disposto no item 7.3 (xix) desta Escritura.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

Avenida Daniel de La Touche, nº 73-A Bairro Cohama,

65.074-115 – São Luís, MA

At.: José Morgado Filho

Telefone: (98) 2108-3518

Correio eletrônico: jose.morgado@armateus.com.br

RECEBIMOS
04/12/14

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. João Batista de Souza/Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911/3684-2852

Fax: (11) 3684-2704

Correio eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br; 4010.tomo@bradesco.com.br;

4010.custodiarf@bradesco.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564







Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços e/ou representantes dos destinatários acima deverá ser comunicada a todas as demais Partes pela Emissora em até 5 (cinco) dias.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6 As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

11.7 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.8 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12. LEI E FORO

12.1 Esta Escritura reger-se-á pelas leis da República Federativa do Brasil.

12.2 Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas

São Luís, 25 de novembro de 2014.

(assinaturas nas páginas seguintes)

CANTUÁRIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

Microfilme n.º

377500

(página de assinatura 1/7 da Escritura celebrada entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em 25 de novembro de 2014).

MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

Ilson Mateus Rodrigues

Nome:

Cargo:

Maria Barros Pinheiro

Nome:

Cargo:



CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
BECO CATARINA MINA, CENTRO FONE (98) 8331-7000
Apresentado hoje, em 09 DEZ. 2014, e registrado em
microfilme sob o nº 377500

D. José Tadeu Ozelaira de Azevedo
Orielal
Najia Maria Aguiar de Azevedo
José Tadeu Ozelaira de Azevedo Filho
Maria Dany Montino Cordeiro
Substituto

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE FISCALIZAÇÃO

2ª VIA

CANTUÁRIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

Microfilme nº 377500

(página de assinatura 2/7 da Escritura celebrada entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em 25 de novembro de 2014).

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Nome:

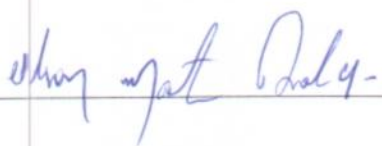
Rosane da Silva Basilio

Cargo:

Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

(página de assinatura 3/7 da Escritura celebrada entre Mateus Supermercados S.A.,
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues,
Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém
Mateus S.A. em 25 de novembro de 2014).

ILSON MATEUS RODRIGUES



(página de assinatura 4/7 da Escritura celebrada entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em 25 de novembro de 2014).

MARIA BARROS PINHEIRO

Maria Barros Pinheiro

JUL 19 1984

(página de assinatura 5/7 da Escritura celebrada entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em 25 de novembro de 2014).

TOCANTINS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.



Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:



2

CANTUARIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

Microfilme n.º 377500

(página de assinatura 6/7 da Escritura celebrada entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em 25 de novembro de 2014).

ARMAZÉM MATEUS S.A.



Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:





JUN 19 11

JUN 19 11

(página de assinatura 7/7 da Escritura celebrada entre Mátêus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em 25 de novembro de 2014).

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

CPF/MF:

2. _____

Nome:

RG:

CPF/MF:

D. 1/4

S

S

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

MATEUS SUPERMERCADOS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Avenida Daniel de La Touche, nº 73-A Bairro Cohama, CEP. 65.074-115, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.995.515/0013-09 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Maranhão ("JUCEMA") sob o NIRE nº 21300009809, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia" e "Estatuto Social", respectivamente);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas") e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário", sendo o Agente Fiduciário e a Emissora referidos em conjunto como "Partes";

ILSON MATEUS RODRIGUES, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, empresário, domiciliado à Av. Maria Andreazza, nº 11, Cond. Maison Cristally Residence, Bairro Turu, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.068-500, portador da Cédula de Identidade RG 5071293-4-SSP/MA, e inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 225.840.133-04 ("Ilson");



MARIA BARROS PINHEIRO, brasileira, divorciada, empresária, domiciliada à Rua Projetada 02, nº 91, Quadra "C", Rodovia MA 203, Condomínio ALPHAVILLE ARAÇAGI, Município de Paço do Lumiar (MA) CEP , portadora da Cédula de Identidade RG 000036385093-7-SSP/MA, e inscrita CPF/MF sob o nº 453.024.723-68 ("Maria");

TOCANTINS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 01, Bairro Cohama CEP 65.074-115, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.603.379/0001-97, e com seus atos devidamente arquivados na JUCEMA sob o NIRE nº 212004002894, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Tocantins"); e

ARMAZÉM MATEUS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Rodovia BR-135/ Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, nº 5, Depósito, Bairro Maracanã, CEP 65.099-090, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.439.441/0013-23, e com seus atos devidamente arquivados na JUCEMA sob o NIRE nº 23200214745, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Armazém Mateus" e, em conjunto com Ilson, Maria e Tocantins, "Fiadores")

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em 25 de novembro de 2014, as partes celebraram a "Escritura Partícula da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real e fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Mateus Supermercados S.A". ("Escritura de Emissão"), por meio da qual a Emissora emitiu 6.000 (seis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única ("Debêntures"), totalizando o montante de R\$ 60.000.000,00 (Sessenta milhões de reais), no âmbito de sua 1ª (primeira) emissão ("Emissão");
- (ii) na respectiva data de emissão, as Debêntures eram da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional e passariam a ser da espécie com garantia real com garantia fidejussória adicional assim que registrados os Contratos de Garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas competentes;

- (iii) tendo em vista o disposto nos itens (ii) acima, as Partes desejam alterar o item 4.1.7.1 da Escritura de Emissão, fazendo eventuais ajustes ao longo da Escritura de Emissão em decorrência da alteração aqui prevista;

RESOLVEM celebrar o presente "Primeiro Aditamento à Escritura Partícula da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real e fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº476/09, da Mateus Supermercados S.A. ("Primeiro Aditamento")

1. DOS TERMOS DEFINIDOS

1.1 Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas, estejam no singular ou no plural, que não sejam expressamente definidos neste Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

2. ALTERAÇÕES

2.1 Nos termos do item 4.1.7.1 da Escritura de Emissão, fica, por meio do presente Primeiro Aditamento, formalizada a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real.

2.2 Em razão da convolação da espécie das Debêntures, as Partes concordam em alterar os itens , 4.1.7.1, 2.1.5.1 da Escritura de Emissão, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei nº 6.404/76, e contarão com garantia fidejussória adicional."

2.3 Todas as referências feitas na Escritura de Emissão ao termo "da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional" passam a ser entendidas como "da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional" e a Escritura de Emissão passa a ser denominada "Escritura Partícula da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº476/09, da Mateus Supermercados S.A.".

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Este Primeiro Aditamento deverá ser inscrito na JUCEMA e registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Agente Fiduciário, da Emissora e dos Fiadores. Uma via original deste Primeiro Aditamento devidamente arquivada na JUCEMA e registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data de obtenção dos referidos registros.

3.2 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, [DATA].

(assinaturas nas páginas seguintes)

CANTUARIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos
MICROFILME n.º 377500

(página de assinatura 1/7 do Primeiro Aditamento celebrado entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em [DATA]).

MATEUS SUPERMERCADOS S.A.

Ilson Mateus Rodrigues

Nome:

Cargo:

Maria Barros Pinheiro

Nome:

Cargo:

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES
TABELIÃO SUBSTITUTO - FÁBIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65021-590 - FONE: 98 3231-9116
e-mail: cartoriotitossoares@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de ILSON MATEUS RODRIGUES;
MARIA BARROS PINHEIRO. Em testº _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues



Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de ILSON MATEUS RODRIGUES;
MARIA BARROS PINHEIRO. Em testº _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de ILSON MATEUS RODRIGUES;
MARIA BARROS PINHEIRO. Em testº _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

UNIVERSIDADE DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

Microfilme n.º 377500

(página de assinatura 2/7 do Primeiro Aditamento celebrado entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em [DATA]).

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

CANTUÁRIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

Microfilme n.º 377500

(página de assinatura 3/7 do Primeiro Aditamento celebrado entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em [DATA]).

ILSON MATEUS RODRIGUES

Ilson Mateus Rodrigues

1º Ofício de Notas

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES
TABELIÃO SUBSTITUTO - FÁBIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE: 98 3231-9116
e-mail: cartoriotitosoares@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de ILSON MATEUS RODRIGUES.
Em testº _____ de verdade.

São Luis-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -



Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de ILSON MATEUS RODRIGUES.
Em testº _____ de verdade.

São Luis-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de ILSON MATEUS RODRIGUES.
Em testº _____ de verdade.

São Luis-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -

São Luis-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -

CANTUÁRIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

HCRC-FILME n.º 377500

(página de assinatura 4/7 do Primeiro Aditamento celebrado entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em [DATA]).

MARIA BARROS PINHEIRO

1º Ofício de Notas

Maria Barros Pinheiro

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIAO DR TITO ANTONIO DE SOUZA SOARES
TABELIAO SUBSTITUTO - FABIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE 98 3231-9116
e-mail: cartoriotitosoares@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de MARIA BARROS PINHEIRO.
Em test. _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -



Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de MARIA BARROS PINHEIRO.
Em test. _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de MARIA BARROS PINHEIRO.
Em test. _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -

Thaynara

2

myf

CANTUÁRIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

Microfilme n.º 377500

(página de assinatura 5/7 do Primeiro Aditamento celebrado entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em [DATA]).

TOCANTINS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Ilson Mateus Rodrigues

Nome:

Cargo:

Maria Barros Pinheiro

Nome:

Cargo:

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES
TABELIÃO SUBSTITUTO - FÁBIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE: 98 3231-9116
e-mail: cartoriotitosoa:es@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de **ILSON MATEUS RODRIGUES;**
MARIA BARROS PINHEIRO. Em test. _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34

Thaynara Saraiva Rodrigues -



Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de **ILSON MATEUS RODRIGUES;**
MARIA BARROS PINHEIRO. Em test. _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34

Thaynara Saraiva Rodrigues -

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de **ILSON MATEUS RODRIGUES;**
MARIA BARROS PINHEIRO. Em test. _____ da verdade.

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 09:47:34

Thaynara Saraiva Rodrigues -

Handwritten mark

CANTUÁRIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

Microfilme n.º 377500

(página de assinatura 6/7 do Primeiro Aditamento celebrado entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em [DATA]).

ARMAZÉM MATEUS S.A.

Ilson Mateus Rodrigues

Nome:

Cargo:

Maria Barros Pinheiro

Nome:

Cargo:

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES
TABELIÃO SUBSTITUTO - FÁBIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 63020-590 - FONE: 98 3231-9116
e-mail: cartoriolitosoares@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de **ILSON MATEUS RODRIGUES;**
MARIA BARROS PINHEIRO. Em test. _____ de verdade

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 08:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -



Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de **ILSON MATEUS RODRIGUES;**
MARIA BARROS PINHEIRO. Em test. _____ de verdade

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 08:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de **ILSON MATEUS RODRIGUES;**
MARIA BARROS PINHEIRO. Em test. _____ de verdade

São Luís-MA, 03 de Dezembro de 2014 às 08:47:34.

Thaynara Saraiva Rodrigues -

[Handwritten mark]

(página de assinatura 7/7 do Primeiro Aditamento celebrado entre Mateus Supermercados S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ilson Mateus Rodrigues, Maria Barros Pinheiro, Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., e Armazém Mateus S.A. em [DATA]).

Testemunhas:

1. Ylamm Fontenele Ribeiro

Nome:

RG: 35153539-1 SSPSP

CPF/MF: 005.685.12318-

2. Carlos Alberto Rêgo Ribeiro Junior

Nome:

RG: 101032898-8

CPF/MF: 973.976.953-53

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

CANTUARIA DE AZEVEDO

Registro de Títulos e Documentos

MICROFILME n.º

377500



Junta Comercial do Estado do Maranhão

Certifico o Registro em 04/12/2014 Sob N° ED000264000

Protocolo : 140818707 de 03/12/2014 NIRE: 21300009809

MATEUS SUPERMERCADOS S.A

Chancela : DA65CB5F9FEEFF91FC6183FAB7FE6ED1F17D5416

São Luís, 05/12/2014

Cledinice Bastos da Fonseca

Secretário(a) Geral